



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329723-6

COMARCA: 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE: BANCO ITAUCARD S/A

APELADO: INGLS EDLAMOY FREITAS DE AGUIR

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – FALTA DE INTIMAÇÃO PESSOAL – DECISÃO QUE NÃO CUIDA DOS ITENS DO ART. 267, §1º, II e III, DO CPC – REQUISITOS LEGAIS DEVIDAMENTE OBSERVADOS – INÉRCIA – ADEQUADA EXTINÇÃO DO FEITO - APELO DESPROVIDO – SENTENÇA PRESERVADA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Cível nº 0329723-6**, em que figuram como Apelante **BANCO ITAUCARD S/A** e como Apelado **INGLS EDLAMOY FREITAS DE AGUIR**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: "**Por unanimidade, negou-se provimento à apelação, nos termos do voto do Relator**". Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 12 de Junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



43

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329723-6
APELANTE: BANCO ITAUCARD S/A
ADV: JULIANA ESTEVAM DE ALMEIDA PE032376
APELADO: INGLS EDLAMOY FREITAS DE AGUIR
ADV:
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Cobrança.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 17, com fundamento nos arts. 267, I, e 284, parágrafo único, ambos da Lei Adjetiva Civil, julgou extinto o presente processo sem resolução no mérito.

Objeto: Apelação com pedido de anulação da sentença hostilizada e determinação da remessa dos autos ao juízo de origem para o seu regular trâmite (fls. 20/28).

Razões recursais: Afirma que deveria ter ocorrido a intimação pessoal para que fossem sanadas eventuais falhas. Argumenta que houve excesso de rigor e formalismo por parte do juízo *a quo*, em desconformidade com o princípio da economia processual.

Contra-razões: Sem contra-razões.

É o que importa relatar.

Sem revisor por se tratar de rito sumário, conforme dita o Art. 76, parágrafo único do RITJPE.

Recife, 29 de abril de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329723-6
APELANTE: BANCO ITAUCARD S/A
ADV: JULIANA ESTEVAM DE ALMEIDA PE032376
APELADO: INGLS EDLAMOY FREITAS DE AGUIR
ADV:
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

De plano, cumpre salientar que a falta de intimação pessoal da parte autora/apelante não é causa de nulidade, porquanto a decisão *a quo* não cuida dos itens II e III do art. 267, §1º, do CPC.

Considerando o caso em apreço, percebe-se que todos os requisitos legais foram observados pelo *decisum* de primeiro grau, uma vez que diante da inércia da parte autora, ora apelante, correta se revestiu a extinção do feito, já que é da parte suplicante o ônus de fornecer uma petição inicial apta e regular.

Sob este fundamento caminha a jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE DOCUMENTOS, DETERMINADA EM DECISÃO ANTERIOR IRRECORRIDA. EXTINÇÃO DA AÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, INC. I, DO CPC. CABIMENTO. É cabível a extinção da ação, quando a parte autora, devidamente intimada, através de seu procurador, deixa transcorrer in albis o prazo que lhe foi conferido para juntada de documentos. Apelação Cível desprovida. (Apelação Cível Nº 70054859608, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Castro Boller, Julgado em 15/08/2013)

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE COBRANÇA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. DETERMINAÇÃO DE EMENDA DESATENDIDA. EXTINÇÃO DO FEITO. POSSIBILIDADE. ART. 267, INC. I E ART. 284, PARÁGRAFO ÚNICO. Impositiva a extinção do feito, sem resolução de mérito, quando desatendida a determinação de emenda no prazo assinado. Exegese dos arts. 267, inc. I, e 284, parágrafo único, ambos do CPC. RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70056199599, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Julgado em 26/09/2013)

Ademais, assevero que não houve excesso de formalismo ou violação ao princípio da economia processual, pois o Poder Judiciário se colocou à disposição da parte para atingir o bem jurídico almejado e esta deixou de dar andamento ao feito como lhe é imposto por lei.

Portanto, mostra-se adequada a sentença de primeiro grau, que extinguiu o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, I, c/c 284, parágrafo único, ambos do CPC.

Assim, ante todo o exposto, MEU VOTO É PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, mantendo-se incólume a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

R26/GDPM

Receide, 27/05/2014.
[Assinatura]